

# A PRODUÇÃO GAÚCHA NA ECONOMIA NACIONAL: UMA ANÁLISE DA CONCORRÊNCIA INTERCAPITALISTA<sup>1</sup>

*Luiz Augusto Estrella Faria\**

Após haver dado uma contribuição importante para a compreensão da economia regional com a publicação da série “25 anos de economia gaúcha”<sup>2</sup>, que hoje já se tornou referência obrigatória, a FEE volta a concorrer para a discussão do tema com um novo aporte, através da obra **A produção gaúcha na economia nacional: uma análise da concorrência intercapitalista** (aqui designada por **A produção gaúcha**). Os dois tomos do estudo apresentam, o primeiro, a proposta teórica e análise da indústria, e, o segundo, a análise da lavoura, da pecuária e as conclusões finais. Esta resenha abrange somente o tomo I, uma vez que, apesar do enfoque teórico único apresentado na primeira parte deste tomo, ambos podem ser lidos como unidades independentes.

A maior virtude desse trabalho, a par de sua consistência interna, fruto de um bem sucedido esforço de rigor metodológico, é a novidade para o âmbito estadual que representa a utilização do marco teórico de que lança mão. Já na primeira página da introdução, os autores marcam a diferença de sua posição em relação aos mais conhecidos trabalhos de análise da economia gaúcha realizados até a década passada, e que são identificados como inspirados em outras correntes do pensamento econômico, ali apontados como keynesianos, estruturalistas, teóricos do oligopólio ou dependentistas. Esse novo “insight” teórico conduz a uma avaliação bastante diversa do desempenho da economia gaúcha do que as análises anteriores levavam a crer. De uma maneira geral, identificava-se o processo de integração do Rio Grande do Sul na economia nacional como uma via da subordinação, dependência, e, para alguns autores, empobrecimento relativo.<sup>3</sup> Para além das inadequa-

---

\* Economista da FEE.

<sup>1</sup> FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Proposta teórica e análise da indústria. In: \_\_\_\_\_. **A produção gaúcha na economia nacional: uma análise da concorrência intercapitalista**. Porto Alegre, 1983. t.I.

<sup>2</sup> FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **25 anos de economia gaúcha**. Porto Alegre, 1975/1981. v. 1-6.

<sup>3</sup> Chegou-se a falar até em “nordestinização” do Rio Grande do Sul.

ções que podem ser apontadas do referencial teórico, muitas dessas análises se basearam no período que vai de meados dos anos 50 a início da década de 60, em que a economia gaúcha atravessou seu pior momento em todo o pós-guerra. Ora, os prognósticos com base nessa experiência só podiam ser negativos. Mesmo quando o período de análise alcançou até 1970, a recuperação então ocorrida não chegou a repor a posição do início dos anos 50.

Os autores de **A produção gaúcha** contaram já com a possibilidade de analisar o desempenho da economia gaúcha em todo o período que vai até 1981, através das estimativas de renda da própria FEE, bem como dos censos econômicos de 1975, publicados a partir de 1979. No período que tem início com a retomada do crescimento, entre 1967-69, o Rio Grande do Sul apresenta um desempenho acima da média nacional, o que lhe permite recompor a posição perdida anteriormente, de tal forma que, pode-se dizer, embora com oscilações, a participação da renda interna do Estado na renda interna do Brasil em todo o pós-guerra permanece constante.

Os primeiros três capítulos delineiam o marco teórico do trabalho. A introdução principia em tom algo teológico em que enumera as **chamadas leis gerais de funcionamento do sistema econômico** (p.7) que são arroladas em número de quatro. É pertinente perguntar por que quatro? O próprio autor em que estes postulados se inspiram (Marx) estabeleceu outras mais, como a lei da queda tendencial da taxa de lucro, ou a lei do valor, para citar apenas duas. Antes mesmo de se discutir se as "leis" citadas são suficientes para descrever o funcionamento do sistema econômico capitalista, é pertinente questionar da correção de estabelecerem-se leis explicativas da gênese e do desenvolvimento dos fenômenos sociais. Quer-me parecer que os próprios autores desses enunciados (sejam os clássicos, sejam seus seguidores, e principalmente seus epígonos), vez por outra, utilizam equivocadamente a denominação de leis para uma simples postulação de tendências. A produção teórica dos economistas clássicos resultou na especificação de um modelo de funcionamento do sistema capitalista fundamentado em determinadas hipóteses (e. g. a teoria da acumulação do capital, ou a teoria do valor) que explicam uma gênese (acumulação primitiva) e um desenvolvimento desse sistema econômico dentro de certas tendências que podem ser inclusive estatisticamente testadas (e. g. flutuações cíclicas, concentração e centralização do capital, queda da taxa de lucro ou a própria mensuração do valor). Toda essa construção teórica não resultou na formulação de leis universais, assim como pode ser entendida a lei da gravidade, por exemplo, mas de enunciados explicativos do funcionamento e tendências de um sistema econômico em um período histórico particular. É nesse sentido que o próprio Marx afirmava que a economia política era a disciplina científica que estudava o modo capitalista de produção, e criticava o emprego de suas categorias para análise de outros sistemas econômicos não mercantis, bem como afirmava que suas "leis" têm um caráter tendencial.

Para evitar estender-me mais do que é possível nos marcos de uma simples resenha, gostaria de acrescentar apenas que, se nas próprias ciências naturais — após a ocorrência de descobertas como o princípio da incerteza da Heisenberg — muitas

“certezas” foram reduzidas apenas a probabilidades estatísticas, nas ciências humanas onde as certezas sempre foram devidas muito mais à religião ou a representações ideológicas, a postulação de “leis” parece estar muito além da possibilidade científica de testá-las (seria preciso estabelecer as condições que refutariam a lei). O recurso a “leis” explicativas dos fenômenos sociais é, na grande maioria dos casos, unicamente uma herança da tradição filosófica positivista, que ainda hoje tem um público numeroso, particularmente entre os homens de ciências ocidentais. De velas infladas pelo progresso científico do século XIX, que parecia abrir caminho à humanidade para o conhecimento absoluto da realidade e para o controle total da natureza, esta particular maneira de pensar invadiu terreno de todas as ciências, inspirando suas metodologias de forma tão profunda que sua influência, mesmo abalada pelo suceder das descobertas e postulação de novas teorias, permanece presente inclusive entre os seus oponentes.

Não posso abandonar esse ponto sem antes fazer referência ao mérito das “leis” citadas. Nesse sentido, há uma lacuna bastante importante que é a falta de referência à questão do valor. Manifesto no sistema de preços, o valor constitui-se no regulador do funcionamento da economia mercantil. Essa condição lhe dá uma importância central como conceito caracterizador e explicativo do modo de produção capitalista e o faz preceder hierarquicamente as “leis” citadas, à exceção da acumulação. O que caracteriza uma economia como capitalista é a produção por meio do trabalho assalariado, o processo de valorização do valor (acumulação) e a regulação do sistema por meio do mercado (“lei” do valor). As outras “leis” citadas ou não são características exclusivas do capitalismo (e. g. aumento da produtividade do trabalho), ou decorrem do processo de acumulação, do funcionamento do mercado e da contradição capital/trabalho (e. g. flutuações cíclicas), que são as características básicas citadas.

No seguimento da introdução, os autores passam a expor as três relações básicas que resultam no movimento da economia, e que são as relações entre capital e trabalho, as relações entre produtores autônomos de mercadorias e as relações entre grupos de capitalistas de ramos diferentes da produção. Essa definição é inspirada em Isaak I. Rubin<sup>4</sup>, autor de uma importante contribuição à ciência econômica, infelizmente pouco conhecida, que ressalta a especificidade das categorias econômicas (e. g. o valor) na interpretação do capitalismo. As três relações básicas balizam a movimentação dos agentes econômicos e definem as formas da concorrência que são o parâmetro maior de análise desenvolvida. Unidades econômicas, capitalistas, por um lado, e Estado nacional como agente com certa autonomia, de outro, **totalizam** o objeto de análise para os autores em termos sociais e político-geográficos.

A análise das formas de concorrência mostra o papel daquelas relações. A re-

---

<sup>4</sup> RUBIN, Isaak. I. *Ensayo sobre la teoría marxista del valor*. 3.ed. México, Pasado y Presente, 1979.

lação capital/trabalho estabelece a diversidade dos mercados de mão-de-obra distribuídos regionalmente, o que vai produzir diferenciais nas condições de concorrência. A relação entre produtores autônomos da mercadoria vai definir o tipo de concorrência intra-ramo, e a relação entre capitais de diferentes ramos vai definir o padrão da concorrência entre os ramos. Para os dois últimos tipos de relações, será a localização espacial das unidades de capital melhor ou pior sucedida neste embate que determinará as diferenças regionais. É importante lembrar que a operação dessas relações como determinantes das diferenças regionais citadas pressupõe a continuidade do espaço nacional (a base geográfico-institucional da totalidade), para que possam ocorrer fluxos migratórios que unifiquem o mercado nacional da mão-de-obra; livre circulação de mercadorias unificando o mercado nacional, "locus" da concorrência; livre circulação de capitais permitindo a localização das unidades de produção dentro de critérios unicamente empresariais.

O segundo capítulo do trabalho procura situar essa questão num entendimento, que é comum a vários autores, de que a economia brasileira, até o advento da Revolução de 30 era constituída de unidades regionais autônomas, pior ou melhor sucedidas conforme prosperara o tipo de articulação que estabeleceram com a economia mundial, independentemente do resto do País. Essa colocação (que desde já é polêmica, pois pode-se lembrar, por exemplo, a articulação entre a pecuária sulina e a economia da mineração) de qualquer forma visa estabelecer que, tendo como pressuposto uma base herdada do desenvolvimento progressivo, onde são notórias as diferenças da escala entre as demais regiões e São Paulo, se configura uma divisão regional do trabalho a partir de critérios predominantemente capitalistas. Isso, quer dizer, fundamentalmente em função daquelas três relações básicas, uma vez que o papel do Estado é considerado como não determinante do tipo e intensidade de desenvolvimento regional.

A integração do espaço econômico nacional colocou na situação de concorrência intra-ramo todas as empresas do País produtoras do mesmo tipo de produto. O trabalho classifica os padrões de concorrência intra-ramo com base em Steindl<sup>5</sup>, e estabelece três fatores como determinantes da maior ou menor capacidade da acumulação interna das empresas: a produtividade física, a relação capital/produto e o salário médio pago. Estes fatores, na forma de médias regionais, são comparados na parte empírica do trabalho para verificar se algum deles é capaz de explicar as diferenças regionais de crescimento. A outra forma de concorrência, entre ramos diferentes, requer necessariamente a mobilidade de capitais. Nesse sentido, os autores negam a existência de barreiras à entrada, bem como de outras características de uma relação entre setores oligopolizados e concorrenciais que implicariam subordinações dos segundos, transferência de valor via imposição de preços e por aí adiante. No seu entender, as causas do maior dinamismo de alguns setores estão

<sup>5</sup> STEINDL, Joseph. *Madurez y estancamiento en el capitalismo norteamericano*. México, Siglo XXI, 1979. cap. V, p.70.

ligadas à apropriação do progresso técnico e à massificação do consumo de produtos novos.

Essa posição se contrapõe às correntes do pensamento econômico que separam a história do capitalismo em etapas concorrenciais e oligopólicas, que teriam características próprias e seriam regidas por “leis” de movimento diversas. A crítica a essas concepções começa por acusar um deslocamento do foco de análise do modo de produção capitalista da esfera da produção para a esfera da circulação. Se o que define a economia capitalista é um determinado tipo de relações sociais de produção, é neste campo que podem ser identificadas características capazes de permitir a elaboração de uma periodização de sua evolução histórica, e não na identificação de diferentes estruturas de mercado. Nesse sentido, é bem mais promissora uma linha de pesquisa como a de David Gordon<sup>6</sup>, por exemplo, que periodiza a evolução do capitalismo em etapas de acumulação explicadas pela existência de diferentes **estruturas sociais de acumulação**. Estas estruturas são pressupostos para a reprodução do sistema e implicam uma forma de intervenção do Estado na economia, organização do mercado de trabalho, fontes de matérias-primas, instituições de crédito, política cambial e monetária, etc. Esse extenso conjunto de instituições, periodicamente, entra em crise. Sua substituição por outra estrutura inaugura uma nova etapa de acumulação.

A última parte do trabalho faz a análise dos dados empíricos, principiando por comparar os números globais da indústria do Rio Grande do Sul com o total do Brasil e com o de São Paulo. Essas estatísticas informam uma periodização da história econômica recente do nosso Estado em que são visualizados três momentos. O primeiro, década de 50, encontra a indústria gaúcha em condições desfavoráveis de concorrência, o que a leva a perder posição no âmbito nacional, inversamente ao caso de São Paulo. O segundo período, década de 60, é caracterizado como momento de transição, mais pelo rearranjo interno do setor industrial gaúcho do que pelos dados de desempenho, que apontam para uma continuação daquela tendência negativa em termos de participação. O último período, os anos 70, é de franca recuperação da indústria gaúcha, em virtude do amadurecimento da reorganização da década anterior, com os ramos **novos** impulsionando o crescimento.

Num segundo momento, são estudados os elementos de concorrência, relacionando-se “proxies” da produtividade física e da relação capital/vendas e salários médios. No primeiro destes elementos, não só a posição do Rio Grande do Sul é inferior, como é declinante em todo o período analisado. Para o segundo elemento, a situação é semelhante, mostrando a indústria paulista um uso mais intensivo do capital e uma tendência a aumentar a diferença. Para o terceiro elemento é que a situação se inverte, com o Rio Grande pagando menores salários e proporcionalmente

<sup>6</sup> GORDON, David M. Up and down the long roller coaster. In: —. *U. S. capitalism in crisis*. New York, Union for Radical Political Economics, Economics Education Project, 1978.

declinantes. Os efeitos desses elementos (e de outros não medidos no trabalho) foram avaliados através de construção de "proxies" do "markup", margem bruta de lucro e rentabilidade do capital bruta e líquida. Confirmando a hipótese teórica da inexistência de mecanismos oligopólicos determinando o tipo de relação da indústria gaúcha com o centro do País, o comportamento das variáveis "markup" e margem bruta de lucro é constante, e as rentabilidades do capital são crescentemente favoráveis ao Rio Grande "vis-à-vis" a São Paulo.

Finalizando, o trabalho realiza uma análise por gêneros industriais, classificando-os pelo desempenho de suas taxas de crescimento na comparação Rio Grande do Sul/Brasil e Rio Grande do Sul/São Paulo. Dois grupos são definidos, indústrias de baixo e de alto crescimento. Dentro de cada grupo, os gêneros mais importantes são comentados tendo em vista suas participações no valor da produção nacional e, quando o gênero é importante em São Paulo, em comparação com este.

É importante lembrar que as comparações são feitas no trabalho com base nos dados do Valor Bruto da Produção (VBP) censitário. Este dado não é um bom indicador da evolução do produto, pois, dependendo da relação insumo/produto de cada indústria, teremos resultados bastante diversos para o VBP e para a Renda Interna. Tal não aconteceria só se aquela relação fosse igual em todos os setores e em todas as regiões consideradas, o que sabemos não ser verdade. Esse equívoco só não compromete a análise porque os dados relativos à Renda Interna têm a mesma tendência. Isso é devido, provavelmente, à grande agregação dos dados, em que as diferenças se compensam (por um lado temos, por exemplo, a indústria de celulose com uma relação insumo/valor da produção elevada, e de outro temos editorial e gráfica com uma baixa relação).

Entretanto, quando se abre a análise em direção aos gêneros industriais, a possibilidade da ocorrência de distorções é maior devido às diferenças nas suas composições internas de uma região para a outra, o que faz que o mesmo gênero tenha diferentes relações produto/valor da produção de uma região para outra. Isso porque, por exemplo, no gênero metalúrgico temos o ramo siderúrgica com alta relação insumo/produto e o ramo cutelaria e armas onde esta relação é consideravelmente menor. Conforme a predominância de cada um destes ramos no gênero, teremos uma maior ou menor distância entre o VBP e o produto. Para contornar esse problema, teria sido mais adequada a utilização da variável censitária valor da transformação industrial, bastante mais próxima do valor agregado.

A maior contribuição desse trabalho é, pois, o aporte que traz à análise da economia gaúcha pela introdução de um novo referencial teórico que, mesmo com os problemas apontados, sustenta-se empiricamente. A produção gaúcha pode ser lido como epítáfio de um discurso regionalista que hoje aparece como o que realmente é: um eco de vozes do passado, de grupos econômicos regionais que o processo de concorrência descrito definitivamente "apeou" de suas posições de hegemonia.